



AL notícias

Impresso Especial

68000007/2002 - DR/SC ALESC

CORREIOS

DEVOLUÇÃO GARANTIDA

CORREIOS

JORNAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

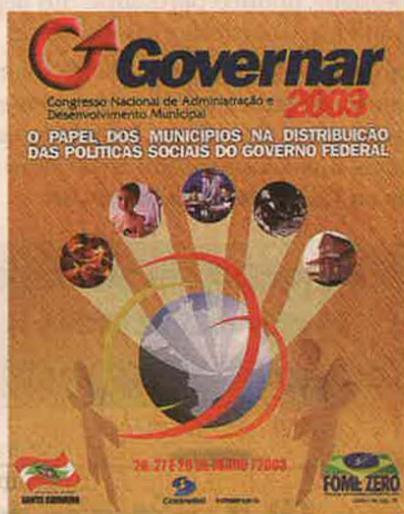
Florianópolis, 20 de junho de 2003

Ano 5 N° 132

Capital sedia Congresso

(foto Jonas Lemos Campos)

De 26 a 28 de junho próximos, Florianópolis sediará o Congresso Nacional de Administração e Desenvolvimento Municipal, abordando o tema *O papel dos municípios na distribuição das políticas sociais do governo federal*, integrante do Projeto Governar 2003. O evento, que acontece no Centro-Sul, objetiva conhecer as políticas sociais do governo federal, integrar os vereadores e prefeitos ao pacto social, debater o papel dos municípios na distribuição de políticas sociais do governo federal, estimular e consolidar a parceria dos municípios com o governo federal, o Congresso Na-



cional, os estados e a sociedade organizada. Conhecer os procedimentos para convênios entre o governo federal, estados e municípios para a implantação de programas sociais, fortalecer o municipalismo e promover a integração entre os municípios para a execução de políticas sociais, também são temas do Congresso.

O superintendente do Congresso, Sérgio Pinho, afirma que é imperativo fortalecer a parceria entre a União, Estados, Municípios e a sociedade organizada, para que as políticas sociais alcancem de forma direta e rápida aqueles que precisam ser assistidos. (CA)

operativo fortalecer a parceria entre a União, Estados, Municípios e a sociedade organizada, para que as políticas sociais alcancem de forma direta e rápida aqueles que precisam ser assistidos. (CA)



Prefeitos, vereadores e lideranças da sociedade organizada de todo País estarão em Florianópolis

Aprovado parecer da LDO

A Comissão de Finanças e Tributação aprovou na quarta-feira, 18, o relatório final da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) com 11 emendas acatadas, das 279 apresentadas por parlamentares.

O relator, deputado Manoel Mota (PMDB), disse que a dificuldade em acatar a maio-

ria das emendas se deu pela falta do anexo de metas que faz o detalhamento das ações a serem desenvolvidas pelo Executivo. O anexo será feito com base no Plano Plurianual (PPA) para o período de 2004-2007, a ser elaborado no segundo semestre. A LDO deverá ser votada na próxima quarta-feira em plenário. (SD)

(foto Giancarlo Bortoluzzi)



SAÚDE

Subcomissão visita Hospitais

A Subcomissão de Saúde, formada pelos deputados Celestino Secco (PP), Ana Paula Lima (PT) e Dado Cherem (PSDB), iniciou o roteiro de visitas aos hospitais na segunda-feira (16), às 15h, pelo Hospital Infantil de Joinville, que tem a conclusão da parte física prevista para dezembro. Na terça-feira (17), foi a vez dos hospitais Santo Antônio, Santa Catarina e Santa Izabel, os três em Blumenau. O roteiro integra as atividades da Comissão de Saúde, presidida pelo deputado Clésio Salvaro (PSDB).

Página 05

Artigo 170: Encerrado ciclo de debates

Foi encerrado na noite do dia 16, no auditório da Unisul, em Tubarão, o ciclo de sete audiências regionais - iniciadas há um mês - para debater os projetos em tramitação na Assembleia, e colher propostas, em torno do artigo 170 da Constituição Estadual, sobre concessão de bolsas para o ensino superior. Iniciadas no dia 20 de maio, em Joinville, as audiências públicas realizadas pelas Comissões de Educação e de Constituição e Justiça, passaram por Itajaí, Lages, Blumenau, Chapecó, Florianópolis e Tubarão. Quatro projetos estão tramitando no Legislativo relativos a recursos para a Educação Superior.

Página 5

ENTREVISTA

(foto Carlos Kilian)



Senadora Heloísa Helena

Página 5

As responsabilidades do Fórum Permanente da Adoção *

No dia 25 do mês passado foi celebrado o *Dia Nacional da Adoção*. Embora a data não represente muita coisa para boa parte da população, ainda assim há um número expressivo de brasileiros que, interessados em acolher em suas casas crianças e adolescentes, vêm na data um incentivo a mais para a prática desse gesto de amor e solidariedade.

A impossibilidade de gerar filhos biológicos ou a simples necessidade de contribuir para a redução do número de crianças abandonadas em cidades brasileiras têm motivado muitas famílias a optar pela adoção. No entanto, as normas e as exigências legais dificultam ou muitas vezes frustram as tentativas. As políticas e as campanhas institucionais de incentivo à adoção também são escassas. E, diante das barreiras, não são poucos os casos de desistência.

De acordo com a Comissão Estadual Judiciária de Adoção (CEJA), órgão que analisa os pedidos e autoriza adoções, existem cerca de 1,7 mil pessoas habilitadas ao acolhimento de crianças e adolescentes em seus lares. Das 885 crianças recolhidas em instituições para menores, apenas 104 encontram-se hoje em condições legítimas para

adoção. A média anual é de 400 adoções em território catarinense. Um dado considerável, mas ainda baixo em relação ao número de pretendentes.

Por esse motivo, propus, na Assembleia Legislativa, a criação de um Fórum Permanente da Adoção, direcionado a estudos e a elaboração de programas de incentivo à prática adotiva. Como parlamentar e, acima de tudo, como pai de família, entendo que o Legislativo não pode permanecer à margem dessa política. A Assembleia precisa apontar meios e propor alterações na legislação que beneficiem os adotantes. Uma seleção criteriosa é necessária, mas entendo que o processo precisa ser mais ágil.

Com o apoio de mais quatro parlamentares, pretendo dar ao Fórum condições para que os objetivos sejam cumpridos. Em contato com famílias que já conquistaram esse direito, o Fórum quer abrir caminhos para que mais catarinenses sejam beneficiados com o gesto. E se, num breve período, conseguirmos ampliar o número de crianças aptas à adoção, então, estaremos colaborando para a felicidade de muitas famílias no Estado.

* **Deputado Rogério Mendonça - Peninha**
Líder da bancada do PMDB

Democratizar o acesso ao ensino superior *

O processo constituinte de 1988 definiu a educação como sendo direito de todos e dever do Estado, fazendo constar que toda a atividade educacional deveria basear-se em princípios de igualdade de condições de acesso, de liberdade e pluralismo, de gratuidade com garantia de qualidade no ensino público e, ainda, de gestão democrática e valorização dos profissionais do ensino.

Mesmo identificando avanços na educação básica, mesmo reconhecendo a contribuição do ensino superior fundacional, é indispensável lembrar que, para o Oeste, a universidade pública continua sendo imprescindível. A mesma fronteira que dificulta o acesso à UFSC e à Udesc, no litoral, muitas vezes impede que os novos profissionais, saídos dos centros de formação, retornem à origem. Apesar das tentativas de interiorização da Udesc, ela está muito mais para o mar do que para a terra. Na atual conjuntura, tanto UFSC quanto Udesc, têm imensas dificuldades para contribuir com a equação dos problemas sócio-econômicos do Oeste catarinense. Aliás, suas ausências devem ser consideradas como fator de aprofundamento das relações de dependência tecnológica dos setores produtivos em relação aos interesses agro-industriais privados e, o que é mais

grave, ano a ano, ao ausentar-se do Oeste, dão causa à migração de contingentes populacionais que buscam formação superior onde haja oferta de ensino público e gratuito. O último censo demográfico desnudou a gravidade da situação quando concluiu que a maioria dos municípios defrontam-se com perda da população jovem e diminuição do número de habitantes.

Nas atuais circunstâncias, negar a universidade pública ao Oeste do Estado não é apenas descumprir o mandamento constitucional que impõe a igualdade das condições de acesso, mas também reinventar a roda como se fosse possível promover o desenvolvimento sustentado de uma sociedade por outro caminho que não o da educação. Retardar a eventual expansão da UFSC ou da Udesc, em direção ao Oeste, corresponde a perpetuar as relações de exclusão a que se submete parte dos catarinenses quando lhes é negado o acesso ao conhecimento.

A presença da universidade pública no Oeste corresponde à reparação de um dano perpetrado por décadas. O que se deseja, basicamente, é a criação de instrumentos regionais de elaboração e operacionalização de um projeto de desenvolvimento capaz de resgatar a qualidade de vida de sua gente.

* **Deputado Pedro Baldissera (PT)**

Coordenadoria de Informações da Alesc

Localizado no hall da Assembleia, a Coordenadoria de Informações atende, cadastra e direciona todos os cidadãos que visitam a Casa, respondendo a solicitações pertinentes a comissões permanentes, temporárias e as arquivadas da Alesc, do Senado e da Câmara dos Deputados, suas legislações, inclusive as municipais, agendas de ordem do dia, das sessões plenárias, das Comissões permanentes e dos demais eventos que acontecem no Poder.

Serviços e atendimentos

- via e-mail do "fale conosco" ci@alesc.sc.gov.br, da página da Alesc na Internet;

- procedimentos de inserção das câmaras municipais junto ao programa Interlegis;

- banco de dados das autoridades federais, estaduais e municipais;

- informações pessoais, político-partidárias dos deputados estaduais e dos ex-deputados, a partir da 1ª Legislatura;

- informações do endereço eletrônico, de telefone e da agenda de atividades da Alesc, do guia telefônico - referente às autoridades dos poderes Legislativo, Executivo, Judiciário, universidades e diretórios regionais, oferecido aos setores da Casa e disponibilizado aos cidadãos via on-line www.alesc.sc.gov.br;

Fone: (0xx48) 221.2891/2893

Fax: (0xx48) 221.2892

e-mail: ci@alesc.sc.gov.br

O Leitor

oleitor@alesc.sc.gov.br

Ao AL Notícias

A Direção do Centro de Apoio às Pessoas com Câncer - Capec, através desta, vem a público agradecer toda a equipe de imprensa do jornal da Assembleia Legislativa, em especial, a redatora Rose Mary Paz Padilha, pelo apoio dado a esta Instituição, divulgando-a na contra capa, na edição 131, de 13 de junho. Divulgação esta que, com certeza, muito beneficiou esta entidade.

Sendo o que temos para o momento, reiteramos nossos votos de sucesso.

Jerônimo Alves Pimenta - Presidente da Capec

Pergunte ao deputado

pergunteaodeputado@alesc.sc.gov.br

JORNAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Mesa

Presidente: Volnei Morastoni (PT)

1º Vice-Presidente: Onofre Agostini (PFL)

2º Vice-Presidente: Nilson Gonçalves (PSDB)

1º Secretário: Romildo Titon (PMDB)

2º Secretário: Altair Guidi (PP)

3º Secretário: Sérgio Godinho (PTB)

4º Secretário: Francisco de Assis (PT)

Conselho Editorial: Cleia Braganholo, Marise Ortiga Rosa, Mirela Maria Vieira, Rubens Vargas

Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de SC
Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

Críticas e sugestões: 0xx48-221-2750 / 221-2751

Fax: 223-7021

alnoticias@alesc.sc.gov.br

Divisão de Imprensa

Diretora: Marise Ortiga Rosa

Jornalista responsável: Cleia Braganholo - DRT/SC 974

Coordenador: Celso A. S. da Rosa

Chefe de Redação: Rubens Vargas

Redatores: Mirela Maria Vieira, Rose Mary Paz Padilha, Rubens Vargas, Scheila Dziedzic, Tatiana Kinoshita, Carlos Agne e Graziela May Pereira

Estagiária: Denise Arruda Bortolon

Assessores de Imprensa: Acácio Martins, Adriane Canan, Ana Maria Baggio, Andréa Leonora, Antônio Peres, Carmen Leite Rovira, Cristiane Mohr, Dayana Rampinelli, Danilo Barcellos Coutinho, Edson Junkes, Emanuelle Torres, Evandro Saad, Felipe Antônio Damo, Fernando Matos, J Pacheco, Jandyr Corte Real, Celso Rodriguez, Júlio Cancellier, Linete Martins, Lisa Mara Tontini, Lisandrea Costa, Luiz Carlos Padilha, Marcelo Lubi, Marcelo Santos, Marco Zanfra, Marcos Antônio Oliveira, Marianne C. Tillmann, Milton Alves, Nara Cordeiro, Priscilla da Silva Souza, Roger Alexandre, Rosa Marinho, Ula Weiss e Valmir Matos

Relações Institucionais: Jamile Machado, Maria do Carmo Kravchychyn, Valeska Bittencourt Coelho e Luciano de C. Oliveira

Diagramação: Rafael dos Santos

Revisão: Mirela Maria Vieira

Chefe da Fotografia: Jonas Lemos Campos

Fotógrafos: Alberto Neves, Carlos Kilian, Eduardo Guedes de Oliveira, Giancarlo Bortoluzzi, Jonas Lemos Campos e Solon Soares

Pesquisa e Elaboração: Celso João da Rocha, Ciro Cordeiro, Marco Apolo de Freitas, Ronaldo Rolnei Souza e Volnei Esmeraldino

Expedição: Edna Schumacker, Soraia Marçal Boabaid e Simone Marçal Alves

Impressão: Diário Catarinense

Petrobrás vai retomar atividades operacionais em Itajaí

O deputado Volnei Morastoni (PT) recebeu na terça-feira (17) a notícia de que a Petrobrás vai anunciar em breve o restabelecimento progressivo das atividades operacionais em Itajaí. A intenção foi externada pelo Diretor de Exploração e Produção da estatal, Guilherme Estrella, que recebeu Morastoni e a presidente da ACII, Isabel Sandri, na sede da empresa no Rio de Janeiro. O Diretor declarou-se totalmente a favor da retomada das atividades em Itajaí e classificou como injustificável o fechamento da Unidade no final do ano passado.

De acordo com Estrella, em um primeiro momento Itajaí receberá o Ativo-Sul da Petrobrás, que hoje está centralizado na UN-RIO e concentra as atribuições que eram exercidas pela unidade extinta em SC. "Restabelecer o Ativo-Sul significa restabelecer a mesma equipe de trabalho em Itajaí, ou seja,



Presidente Morastoni

os mesmos recursos humanos", disse Morastoni. O presidente lembrou que a nova direção da Petrobrás quer atender *in loco* as operações nos campos de Coral e Estrela do Mar, que vêm apresentando uma produção diária acima dos 10.000 barris, superando as expectativas. "Ao invés da operação remota no Rio está se propondo que o Ativo-Sul de Produção e Exploração seja transferido para

a sede da UN-SUL em Itajaí para, em um segundo momento, reabrirmos também a Unidade".

Morastoni ainda afirmou que fica cada vez mais claro que o desmantelamento da UN-SUL foi uma decisão política e administrativa do governo FHC, visando centralizar os ativos no Rio para sua futura privatização. "Os campos catarinenses já estavam mapeados para a privatização e só não foram vendidos porque Lula assumiu o governo e mudou a política para o setor", completou.

Refinaria - O presidente ainda participou de uma audiência com o presidente da Petrobrás, José Eduardo Dutra, para tratar da instalação da nova refinaria da estatal. Dutra informou que a decisão será anunciada no primeiro trimestre de 2004. (FD)



I Encontro de Mulheres Parlamentares dos Países de Língua Portuguesa
II Encontro Nacional de Deputadas Estaduais
Brasília, 8 à 10 de Junho de 2003

Encontro internacional de deputadas

Paz, os acordos de livre comércio nas Américas, África, Ásia, Oceania e Europa, os parlamentos multilaterais e o impacto no cotidiano político, política de cotas, meio-ambiente e desenvolvimento sustentável, educação, saúde, projetos de combate à pobreza, orçamentos nacionais. A relação entre estes temas e as mulheres foi abordada durante o I Encontro de Mulheres Parlamentares dos Países de Língua Portuguesa e II Encontro de Deputadas Estaduais, realizados em Brasília, de 8 a 11 de junho.

"É de fundamental importância a organização das mulheres em torno destes assuntos, que refletem diretamente sobre as nossas vidas, de nossas famílias e comunidade", assinala a deputada Simone Schramm (sem partido), que representou a Assembleia catarinense nos eventos. A parlamentar apresentou no dia 12, em seu discurso em plenário, uma síntese da Carta de Brasília. Entre as principais propostas estão:

- a criação de um organismo que congregue as mulheres parlamentares no âmbito do Fórum Parlamentar da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), permitindo a troca contínua de informação, intercâmbio e solidariedade, além da possibilidade da avaliação das propostas dos avanços e constrangimentos encontrados;

- propor ao CPLP que assegure, nos diversos parlamentos nacionais, a estrutura mínima necessária para,

a partir deste primeiro encontro, preparar o próximo:

- sensibilizar cada uma de suas nações, bem como a direção da CPLP, para que busque mecanismos de financiamento aos programas de promoção, formação e desenvolvimento das mulheres;

- criar e garantir condições de aumento da participação das mulheres na vida política, de modo a atingir a equidade na representação, garantindo o cumprimento da legislação nacional de cada país e estabelecendo, quando convier, metas e/ou quotas para garantir sua representação partidária, parlamentar e na administração pública;

- criar e garantir as condições necessárias ao cumprimento dessas metas, estabelecendo políticas de educação, cultura, acesso a recursos econômicos e aos meios de comunicação de massa.

O II Encontro deverá acontecer na mesma época do próximo ano, em local a ser definido. O evento foi realizado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, Confederação Parlamentar das Américas e União Nacional dos Legislativos Nacionais. Contou com o apoio da ONU, Rede de Mulheres Parlamentares das Américas, Comunidades dos Países de Língua Portuguesa, Interforum Global: Intercâmbio e Desenvolvimento Sustentável, e Instituto Cidade Saudável. (MMV)

Embaixadora visita Assembléia

Em visita protocolar à Assembléia na quinta-feira, 12, aonde foi recepcionada pelo presidente, deputado Volnei Morastoni (PT), a embaixadora da Costa Rica, Sara Gloobe, o marido, Hanan Gloobe, o cônsul honorário em Santa Catarina, Rolando Coto Varela, e o diretor da Câmara de Comércio Brasil-Costa Rica, Ildemar Cassias, participaram da sessão plenária. Na oportunidade, as autoridades do país da América Central foram saudadas pelo líder do PP, deputado Joares Ponticelli, e pela deputada Ana Paula Lima (PT).

Sara Gloobe ressaltou o desejo do seu povo em fortalecer os laços de amizade e de cultura com o Brasil, já que há uma afinidade na defesa dos ideais de paz, dos direitos humanos, da proteção do meio ambiente e da promoção do comércio. A diplomata falou da revitalização do Mercosul e de mecanismos que tornem a América Latina mais unida e forte. (RV)



Comitiva da Costa Rica reiterou apoio ao Mercosul

Lançamento

A Associação de Mulheres Negras Antonieta de Barros (Amab) promoveu na quarta-feira (18), às 19 horas, na Galeria de Arte Meyer Filho, o lançamento do livro *As Filhas das Lavadeiras*, de Maria Helena Vargas da Silveira. A escritora afrobrasileira faz parte da Academia Pelotense de Letras (RS) e vem dedicando seus textos aos temas sociais e históricos da população negra brasileira. Seis das mulheres citadas na

obra, filhas de lavadeiras, são naturais de Florianópolis e a cerimônia foi abrilhantada com apresentações musicais e declamação de poesia.

O livro tece, de forma hábil, um conjunto de narrativas, onde a autora busca, na organização das lavadeiras, elementos substanciais para explicar uma entre tantas maneiras de resistência à violenta exclusão racial que permeia a sociedade brasileira. (RV)

Transportes ouve secretário do Deinfra

Convidado a comparecer à Comissão de Transportes para fazer um relato do andamento de obras nas rodovias estaduais, além de encaminhamentos sobre as federais – como a BR-101-, o secretário do Deinfra (Departamento de Infraestrutura), deputado federal Edinho Bez (PMDB), salientou na terça-feira (17), que está convicto de que - se não houver qualquer demanda judicial -, as obras de duplicação da BR-101, trecho Sul, devem começar no final do ano.

Há recursos previstos no Orçamento da União deste ano totalizando US\$ 52,5 milhões para a obra. São US\$ 30 milhões para o trecho de Santa Catarina e o restante para o trecho do Rio Grande do Sul. O cronograma do Ministério dos Transportes estabelece o dia 5 de novembro para o lançamento da Ordem de Serviço. No entanto, o secretário manifestou preocupação com

uma das regras do processo licitatório, que possibilita que apenas uma empresa execute os 14 lotes em que está dividido o trecho. O vencedor poderá jogar os preços para baixo para levar a obra toda, e depois alegar correção do dólar – ou subterfúgios equivalentes -, para buscar aditamento no contrato. “Não tenho dúvidas de que vai haver contestação judicial”, disse o deputado Antônio Carlos Vieira (PPB). Além dele, estavam presentes à reunião os deputados Reno Caramori (PP), presidente da Comissão, Odete de Jesus (PL), Wilson Vieira – Den-



Comissão ficou satisfeita com as informações

tinho (PT), Manoel Mota (PMDB), José Paulo Serafim (PT) e Antônio Ceron (PFL).

BR-282 – De acordo com Bez, o governo estadual priorizou a 282, não apenas os trechos que precisam de manutenção urgente, mas os quase 100 quilômetros sem asfalto, de São José do Cerrito a Campos Novos. Segun-

do ele, o ministro dos Transportes, Anderson Adauto, prometeu uma resposta em 10 ou 15 dias, no máximo, para dar seqüência ao processo de licitação. Quanto à restauração do trecho da 282 de Rancho Queima-

do a Alfredo Wagner, ele afirmou que está tudo acertado com o DNIT (ex-DNER), para definir as obras de restauração.

BID IV – Quanto às obras do BID IV, cujo contrato foi assina-

do no ano passado, ele garantiu aos parlamentares que, fora alguns trechos que estão sub-júdice (reclamações de empresas sobre os processos de licitação), estão todas em andamento. Foram aplicados até agora, segundo ele, do total de US\$ 300 milhões contratados, US\$ 52 milhões.

Via Expressa Sul (Capital) – Bez disse que o TCU liberou a duplicação dos 400 metros já licitados - que não estão sob suspeita de irregularidade -, e a construção do arco, ou alça, que vai desviar o trânsito do Sul da Ilha diretamente para a Expressa, aliviando o Trevo da Seta (que leva ao Sul e ao Aeroporto). Isso resolverá 80% dos problemas de engarrafamento, disse. A previsão é entregar a via pronta em março de 2004. (MMV)

Audiência pública discute problemas da Saúde em Tubarão

A Comissão de Saúde da Assembleia, presidida pelo deputado Clésio Salvaro (PSDB) realiza dia 27, às 19h30, em Tubarão, audiência pública para discutir a situação de seis hospitais da região da Amurel. Os problemas financeiros que causam prejuízos aos municípios e aos funcionários desses estabelecimentos, o aumento de teto de internação hospitalar, e a implantação de um banco de sangue estão na pauta das discussões.

Salvaro informa que a situação financeira dos hospitais Nossa Senhora da Conceição (Tubarão), São João Batista (Imaruí), São Camilo (Imbituba), Caridade (Jaguaruna), Santa Otília (Braço do Norte) e Senhor Bom Jesus dos Passos (Laguna) é preocupante, refletindo no atendimento das comunidades e implicando nas condições de trabalho e salariais dos funcionários. “Acreditamos que a comunidade, através de suas lideranças e clubes de serviços, vão se unir e conquistar esse objetivo. Tubarão conta com uma universidade do porte da Unisul, que possui curso de Me-



salvaro@alesc.sc.gov.br

dicina e é inadmissível não ter seu banco de sangue, fazendo com que muitas pessoas se desloquem para outras cidades para fazer sua doação”, observou o parlamentar.

Mau uso de verbas

Salvaro também está convocando a direção dos hospitais São José e São João Batista, ambos de Criciúma, o secretário municipal de Saúde do município e algumas pessoas que ainda se encontram na fila de espera para a realização de procedimentos cardíacos para reunião a ser realizada na terça-fei-

ra (24), na Assembleia. Ele denuncia que mais da metade dos R\$ 365 mil em recursos da Saúde que estão sendo enviados para a prefeitura está sendo devolvido, apesar de muitos pacientes estarem aguardando atendimento.

O parlamentar disse que foram quatro anos para conseguir o aumento de teto para os 43 municípios do Sul do estado, para atendimento de procedimentos cardíacos.

Segundo ele, existe uma rixa política entre a administração municipal e a direção do São João Batista. “Informada do credenciamento deste

hospital, a prefeitura, que opera com Gestão Plena, induziu e conseguiu que o São José também fosse beneficiado. Avisamos que o credenciamento para os dois iria dificultar a situação, mas não fomos ouvidos e o hospital São José investiu cerca de R\$ 1 milhão para conseguir atender”, explicou. Dos R\$ 365 mil, a prefeitura diz que recebe apenas R\$ 150 mil. O restante estaria sendo devolvido. “Isto está prejudicando muita gente que se encontra na fila de espera atendimento e muitos correndo risco de falecer”, afirmou. (CA)

Deputados visitam penitenciária na Capital

(foto Jonas Lemos Campos)



Parlamentares foram verificar in loco as denúncias de maus tratos

A presidente da Comissão de Direitos e Garantias Individuais, deputada Odete de Jesus (PL), e os deputados Lício Mauro da Silveira (PP), Nilson Nelson Machado – Duduco (PP) e Ana Paula Lima (PT) visitaram quarta-feira, 18, a Penitenciária Estadual de Florianópolis. Segundo Odete, a Comissão tem recebido denúncias de maus tratos contra os presos – informação negada pelo diretor da penitenciária, Clóvis Luiz Fávaro. “Na próxima semana deveremos receber um relatório da diretoria para analisarmos a real situação dentro da penitenciária”, afirmou a parlamentar.

Instalada no bairro Trindade - área residencial e comercial da Capital - a penitenciária abriga atualmente 690

presos, com alto índice de reincidência, principalmente tráfico de drogas e latrocínio. Relatos do próprio diretor assustaram os parlamentares, que percorreram alguns corredores que dão acesso às celas: há apenas um médico para atender os sentenciados. Também há deficiência na área administrativa, onde faltam, por exemplo, computadores. “Esse que estou usando é meu, trago de casa”, disse Clóvis.

Do total de presos, 106 estão no Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico (antigo manicômio). A maioria sofre de esquizofrenia e outro problema é a dependência toxicológica. Em apenas dois meses foram 140 perícias em presos com faixa etária de 18 a 25 anos. (RMPP)

Bolsas de Estudo

Financiamento do ensino superior muda em 2004

Mirela Maria Vieira

Conforme disseram os deputados Paulo Eccel (PT), presidente da Comissão de Educação, e Joares Ponticelli (PP), que representou em Tubarão o presidente da Comissão de Constituição e Justiça, deputado João Paulo Kleinübing (PFL), as propostas, sugestões, críticas e reivindicações colhidas nas audiências deverão estar sistematizadas até setembro, quando pretendem já dar encaminhamento final às modificações para que as novas regras passem a valer em 2004.

O artigo 170 da Constituição Estadual, promulgada em 1989, que determina a concessão de financiamento do ensino superior a alunos carentes, foi modificado em junho de 99 pela Assembleia, através da emenda nº 15. O percentual de 5%, dos 25% do Orçamento estadual vinculado à Educação, deve ser destinado às bolsas. Este ano o total é de R\$ 25,2 milhões.



Em algumas audiências, como a de Blumenau (foto), os debates foram acirrados

Projetos em tramitação

Projeto de Lei 09/03

Autor: deputado Paulo Eccel (PT)

Exclui o crédito educativo da fonte do 170, destinando 100% dos recursos para bolsas de estudo. 90% do total seria direcionado aos alunos do sistema Acafe e 10% para os do sistema privado.

Projeto de Lei Complementar 13/02

Autor: deputado Jorginho Mello (PSDB)

Determina que a bolsa concedida não pode ser inferior a 50% do valor da mensalidade.

Projeto de Emenda Constitucional 001/03

Autor: Ronaldo Benedet (PMDB)

Propõe aumento de 25% para 30% do Orçamento estadual vinculado à Educação, destinando 5% para a Educação Superior.

Projeto de Emenda Constitucional 004/03

Origem: Governamental

Determina que a partir de 2004 90% dos recursos sejam para alunos matriculados em cursos de ensino superior no estado, independente de estarem matriculados nas fundações da Acafe ou nas faculdades privadas.

O que foi dito nos debates:

“Não concordamos em hipótese nenhuma, com o Projeto de Emenda do governo, que pretende dividir o mínimo, os escassos recursos, também com as particulares que não têm o mesmo caráter que as fundações criadas por lei municipal e que são públicas. O patrimônio das particulares pertence aos seus proprietários, aos empresários. O das fundações pertencem à sociedade.”

Gerson Joner da Silveira, reitor da Unisul

“A Unisul só investiu 1% em pesquisa, e 3% em marketing. E, para esclarecer, toda a instituição de ensino superior para ser reconhecida pelo Ministério da Educação, precisa necessariamente atender ao que determina a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e todas as outras exigências constitucionais”.

José Varneking, da Associação das Mantenedoras Particulares de Educação Superior de Santa Catarina-Ampesc

“Não caberia a defesa, um movimento, para tornar pública todas as faculdades privadas, nem tão pouco – pois o momento político não permite isso – para garantir acesso gratuito a todos. Mas queremos mais recursos e que sejam destinados aos estudantes pobres que hoje são obrigados a pagar seu curso superior porque as federais foram sucateadas e a estadual não amplia nem suas vagas nem seus campi”.

Nézio Fernandes, presidente da União Catarinense dos Estudantes (UCE)

“Os alunos que precisam de bolsa já trabalham o dia inteiro, e ainda têm que prestar trabalho voluntário, ou melhor, compulsório, às vezes no final de semana, para não perder a bolsa. Isso tem que acabar. E é preciso também que haja maior contrapartida das instituições de ensino”.

Alexandre Moraes, presidente do Diretório Central dos Estudantes (DCE) - Campus de Tubarão.

Impasse na vocação do Hospital Infantil de Joinville

(foto Eduardo Guedes de Oliveira)

Rubens Vargas

Os parlamentares constataram um impasse quanto às características de atendimento à população. Enquanto as secretarias estadual e municipal de Saúde defendem que o estabelecimento atenda também como maternidade, com a inclusão em sua estrutura de leitos obstétricos, justificando que a região da Amunesc tem os piores índices do estado em leitos para adultos, a classe médica, comunidade e vereadores querem a manutenção do que é previsto pela lei estadual de 2002: Hospital Materno-infanto-juvenil, para pacientes de 0 a 19 anos.

Armando Lorga, presidente da Comissão pró-construção do hospital e da Sociedade Joinvilense de Pediatria, fez um breve histórico da luta de 10 anos e informou que a cidade espera a concretização dos 168 leitos, que serão atendidos pelo SUS com a melhor qualidade possível, pois já há um corpo técnico ha-



Lorga (ao centro): Corpo técnico está pronto para atender os 168 novos leitos

bilitado para atuar no novo hospital. Outro médico, Edmundo Weber, frisou que crianças em estado grave estão morrendo na região por falta de um atendimento especializado, o que seria sanado com os 17 leitos de UTI, dez infantis e sete de neonatal.

Os vereadores de Joinville presentes denunciaram que famí-

as de pacientes são obrigadas a comprar medicamentos no Hospital Regional. A secretaria estadual de Saúde informou que já foram gastos R\$ 35 milhões na obra. Outros R\$ 4,8 milhões serão investidos na conclusão da área física.

Conforme Rosina Silveira, diretora de Assuntos Hospitalares da Secretaria estadual, os 13

hospitais regionais operam com déficit e o Executivo precisa equilibrar as contas. Ana Maria Jansen, da Secretaria municipal, disse que a administração quer que o novo hospital atenda como maternidade, desafogando a Maternidade Darci Vargas. O deputado Celestino Seco lembrou que o orçamento estadual 2003 destina R\$ 21,05 milhões para o Hospital, dinheiro que, conforme garantiram os médicos, assegura a compra de equipamentos.

Blumenau

No Hospital Santo Antônio, o diretor Carlos Roberto Seara Filho disse que não há necessidade de novos leitos, mas sim de dinheiro para manter e ampliar os serviços. Destacou, como exemplo, a demanda reprimida em ortopedia. Mil pacientes esperam na fila desde abril de 2001, com atendimento previsto para

julho.

Seara, com o apoio de diretores, do serviço de enfermagem, de membros do Conselho Municipal de Saúde e da deputada Ana Paula Lima, lembrou que há 15 anos a comunidade aguarda a conclusão do Centro de Imagem, que aglutinaria tecnologia para serviços de alta complexidade. Ele reivindicou que o teto do hospital suba dos atuais R\$ 125 mil para R\$ 200 mil, devido ao aumento da folha de pagamento e dos custos dos medicamentos. Seco avisou que a Assembleia tem até o dia 30 de junho, ou o recesso de julho, para incluir na LDO uma peça específica que garanta recursos para o Santo Antônio no orçamento de 2004. O secretário de Saúde, Edson Adriano, frisou que a pendência séria da região é a ortopedia, em razão dos graves acidentes nas BRs 101 e 470, segunda causa de mortes, além de destacar que o hospital, público, tem os menores índices de infecção hospitalar do estado.

Heloísa Helena quer reforma previdenciária justa

Carlos Agne

Personagem em evidência no cenário político nacional por sua posição contrária à reforma da Previdência e da política tributária propostas pelo governo Lula, a senadora Heloísa Helena (PT/AL) provocou agitação na Assembléia Legislativa, dia 16. Em coletiva à imprensa, defendeu, sem qualquer constrangimento, como lhe é peculiar, seu ponto de vista. A parlamentar cumpria uma série de compromissos, que incluíam palestras em Florianópolis e Blumenau, naquele dia e no seguinte, aprofundando discussões sobre o tema "O PT e as reformas". Ela confirmou ser a favor da reforma da Previdência, mas desde que justa, beneficiando quem realmente precisa e sem ferir os princípios éticos e fundamentais do programa e o estatuto de seu partido.

Transformada em musa do funcionalismo público e principal líder dos movimentos de esquerda desde que se posicionou contra as propostas do governo do presidente Lula, a senadora alagoana diz não temer a punição com a expulsão do partido que ajudou a construir. E promete ir a fundo em sua pregação, prosseguindo na campanha contra a reforma previdenciária que quer o governo, alegando que sua aprovação vai desmantelar o serviço público.

AL Notícias: A senhora vem fazendo intensa campanha questionando a reforma da Previdência, questionando inclusive as lideranças de seu próprio partido. O que há de errado?

Heloísa Helena: Essa reforma da Previdência não faz nada pelos pobres, os excluídos, os marginalizados, porque preserva a imposição. O trabalhador do setor privado precisará trabalhar mais 10 anos, isso se não perder 45% de sua aposentadoria. Ela, infelizmente, desestrutura o setor público que é a única referência na saúde, na educação e na segurança pública para os pobres, para os filhos da pobreza do nosso país. Então, não serve aos excluídos e aos marginalizados. É um tipo de reforma que preserva a liberdade dos saqueadores dos cofres públicos, que roubaram da Previdência.

AL Notícias: O que deve mudar na reforma?

Heloísa Helena: Primeiro tem de ser retirado o fator previdenciário que se impõe aos trabalhadores do setor privado, especialmente aos mais pobres, que entram mais cedo no mercado de trabalho, que passam por condições desumanas. Segundo, temos de preservar o setor público, ampliar direitos e resgatar aposentadorias especiais de quem trabalha na saúde, educação e segurança pública, além de preservar aquelas atividades que são prerrogativas exclusivas do aparelho do Estado, sejam elas civis ou das Forças Armadas. Mexer na

concepção programática de aparelho de Estado é um crime que fazemos contra as futuras gerações.

AL Notícias: O governo está sofrendo algum tipo de pressão para aprovar as reformas da forma proposta?

Heloísa Helena: Existe uma grande pressão por parte do Fundo Monetário Internacional. Não é à toa que essa proposição de reforma está na carta de intenções que foi assinada com o nosso governo e eu entendo que diante do gigantesco poder do capital financeiro, dos fundos de pensão, da nuvem financeira do capital volátil que paira sobre nós, a única mobilização que podemos fazer é para alterar essa proposta de reforma. Sabemos que não é fácil essa mudança, conhecendo como funciona o Congresso Nacional, que fica entre o balcão de negócios - onde cargos e prestígio político são dados pelos governos - e a pressão popular. Espero que a pressão dos trabalhadores do setor público e do setor privado sejam maiores para que, mesmo diante do balcão de negócios, possa ser alterada esta proposta.

AL Notícias: Qual sua proposta para uma reforma que resolva os problemas da Previdência, sem ferir os interesses da população brasileira?

Heloísa Helena: Seria basicamente a manutenção do atual sistema com o cumprimento integral da Constituição Federal. A Previdência seria superavitária se ocorresse integralmente os depósitos dos impostos previstos na Lei. São eles o Programa de Integração Social (PIS), o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep), a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e a Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores de Créditos e Direitos de Natureza Financeira. Parte das contribuições, que garantiria uma Previdência superavitária, hoje vai ao Tesouro Nacional ou para o bolo da Desvinculação da Receita da União.

AL Notícias: Como a senhora avalia a política econômica adotada pelo governo Lula?

Heloísa Helena: Estamos fazendo um esforço gigantesco para discutirmos os rumos do governo. Tanto no âmbito da



(foto Carlos Kilian)

política econômica, que infelizmente é continuidade da política de governo do Fernando Henrique, que desestruturou parques produtivos inteiros, destruiu milhões de postos de trabalho, quanto, no caso específico, uma reforma que não é, infelizmente, reforma do aparelho do

Estado. Ao longo de uma história nos comprometemos com ela para reformar o Estado, para parar de privatizar pela elite dos poderes econômicos. Não podemos aceitar este tipo de mudança na Previdência que não faz nada pelos pobres, muito pelo contrário.

AL Notícias: Mantida a proposta de reforma apresentada pelo governo, seu voto será contrário?

Heloísa Helena: Eu tenho uma obrigação e espero que o PT vote unido em torno de uma outra proposta de reforma da Previdência. Mas, assim como está, se eu votasse favoravelmente, sentir-me-ia uma vigarista política até porque a proposta colide com tudo que ao longo da história eu defendi. Eu não poderia, só por receio de uma medida disciplinar dentro do PT, votar favorável a uma proposta completamente contraditória, que é um verdadeiro abismo entre o que defendemos ao longo de nossa história e o que estamos propondo no Congresso Nacional.

AL Notícias: A saída que a senhora preconiza seria a organização popular como forma de pressão?

Heloísa Helena: Olha, eu não tenho dúvida que através da mobilização popular, por meio da pressão dos trabalhadores do setor público e do setor privado, nós podemos alterar a reforma da previdência. Sei também que a pressão dos gigolôs do fundo monetário, dos banqueiros, é muito grande. Nós, os trabalhadores do setor público e do setor privado, com certeza, quando chegarem estas mudanças na reforma da Previdência, perceberemos que ela não serve ao País. Então, vamos nos mobilizar para modificá-la.

AL Notícias: As atitudes tomadas pela senhora, às vezes batendo de frente com o partido, não podem prejudicá-la no PT?

Heloísa Helena: Infelizmente, eu aprendi durante toda a minha vida, mesmo passando por adversidades gigantes, mesmo ameaçada a minha capacidade de ação para ajudar a construir o Partido dos Trabalhadores, que o silêncio não dá frutos. Por mais que alguns entendam ser a melhor política, aquela da boquinha calada e a pancinha cheia de benesses políticas, eu não poderia me calar neste momento.

AL Notícias: Qual será sua postura frente à Comissão do PT?

Heloísa Helena: Eu vou para a Comissão com muita serenidade. Com a serenidade que o momento político exige, com a firmeza de caráter e convicções que minha história igualmente exige. Espero realmente não ser expulsa, até porque, infelizmente, alguns delinquentes da política são beneficiados com muitas contratações de nosso governo, com o abafamento de comissões parlamentares de inquérito em relação ao Banestado. Espero, realmente, que no momento em que os delinquentes da política são bem tratados, eu não seja expulsa do partido a quem dediquei toda a minha vida para ajudar a construir.

AL Notícias: A senhora acredita que esta pressão exercida pelas lideranças partidárias contra sua postura não chegue ao extremo de uma expulsão?

Heloísa Helena: Olha, eu não vou nem pensar nisso. Dói na alma só de pensar. Até porque sei que o momento é muito difícil e para me expulsar terão que rasgar o estatuto e acabar com toda a tradição democrática dos Partido dos Trabalhadores. Podem até me botar no tronco, como era feito no período escravagista, mas terão de trabalhar muito para me calar e tirar da cabeça meus pensamentos e o amor que tenho pelo meu partido. Espero que realmente isso não aconteça. Sei que há muitas pessoas empenhadas em impedir a expulsão, independente de serem classificados de moderados ou radicais. Sei também que alguns estão com a caixinha de fósforo, ansiosos para acender a fogueira e nos expulsar do PT.

Joares lamenta constrangimento sobre Adin

A decisão do STF de negar o pedido de retirada da Adin (Ação Direta de Inconstitucionalidade) que trata das emancipações, e que tinha sido impetrada pelo governo do Estado ao voltar atrás de uma iniciativa que tomara poucos dias antes, "embora esperada, acabou expondo desnecessariamente o Estado e causando constrangimento", disse o líder do PP, deputado Joares Ponticelli. O próprio parlamentar e a bancada do PP já haviam chamado a atenção para a possibilidade dessa resposta por parte do Supremo, porque a lei nº 9.868/99, no seu artigo 5º, proíbe clara-

mente que uma Adin seja retirada. Ainda mais depois que o processo é distribuído, conforme declarou a ministra do STF Ellen Gracie, ao negar o pedido do governo. "Os que elaboraram aquela Adin, na Procuradoria-geral do Estado, na certa estão arrependidos", comentou Joares. Para piorar, ao entrar com a Adin, o vice em exercício "esqueceu-se" de anexar ao



joares@alesc.sc.gov.br

processo o termo de posse, ou seja, que efetivamente estava no exercício do cargo de governador.

Na ausência do titular que estava no Exterior, o governador em exercício, Eduardo Pinho Moreira, entrou

com a Adin tentando derrubar projeto aprovado pela Assembleia que reduziu, para emancipações de distritos, de 50% para 15% o percentual necessário da população com direito a voto e para desencadear o processo de emancipação. No processo, o governador interino alegava que o governo queria acabar com a "farra" das emancipações.

Depois de vir a público a iniciativa contra as emancipações, a administração estadual acabou recuando e tentou retirar a Adin, o que o STF negou. O vice, que tem distritos de sua base tentando se emancipar, chegou a sugerir que a Adin podia ser retirada "provisoriamente" enquanto os projetos de emancipação fossem apreciados pela Assembleia. Joares classificou a intenção do vice-governador de "inacreditável desfaçatez". (JCR)

Incentivo à Recuperação de Empresas

É de autoria do deputado Wilson Vieira (PT) o projeto - já em análise na Comissão de Constituição e Justiça -, que pretende criar o Programa Estadual de Incentivo à Recuperação de Empresas, sob a gestão dos trabalhadores, denominado Pró-cooperação.

O programa objetiva, por excelência, evitar a desativação de empreendimentos econômicos por motivo de crise econômico-financeira, gerencial,

tecnológica ou comercial, além de combater o desemprego, incentivando a gestão dos trabalhadores através de cooperativas.

Para a sua consecução serão indispensáveis atividades de qualificação e requalificação profissionais, apoio técnico para criação de cooperativas de funcionários e elaboração de projetos de recuperação de empresas com o devido apoio jurídico, institucional e econômico-financeiro.

Projetos aprovados

Os parlamentares aprovaram em segundo turno na terça-feira (17), os projetos de lei complementar que criam o Fundo Pró-Emprego e os três novos comandos da Polícia Militar.

O Projeto de Lei Complementar (PLC) 006/2003, de autoria do governo, cria o Fundo de Apoio à Microempresa e à Empresa de Pequeno Porte de Santa Catarina - Fundo Pró-Emprego, com 20 emendas parlamentares acolhidas de forma consensual pelas Comissões de Justiça e de Finanças. O Fundo vai ser capitalizado com R\$ 4 milhões provenientes do Simples (imposto das pequenas e micros). Os recursos serão destinados para financiar as micro e pequenas empresas, resultando, conforme defendeu o líder do governo, deputado Heneus de Nadal (PMDB), em geração de empregos.

O PLC 11/2003, também governamental, criou seis comandos da Polícia Militar no estado. Atualmente são três: da Capital, do Interior - em Lages -, e do Litoral - em Balneário Camboriú. Com a sanção da nova lei, os coronéis da PM vão liderar os batalhões nos Comandos do Policiamento do Oeste - em Chapecó -; do Planalto - em Lages -

; do Vale do Itajaí - em Balneário Camboriú -; do Norte - em Joinville -; do Sul - em Criciúma; e o Metropolitano, em Florianópolis. A matéria foi aprovada com emenda modificativa do deputado Antonio Ceron (PFL), que assegura 50% das vagas do quadro especial de cabos e sargentos aos policiais militares que tiverem maior tempo de trabalho na corporação. A nova lei também determina a criação de 98 vagas no efetivo da PM.

Decreto

Foi aprovado também, decreto legislativo encaminhado pela Mesa Diretora que dispensa o pedido de autorização da Assembleia para as viagens do governador ou de seu vice a países do Cone Sul. O decreto estabelece a necessidade de comunicação anterior do Executivo ao Legislativo. A medida, conforme justificativa, é necessária devido à pauta de reuniões entre os representantes do Mercosul, que está cada vez mais intensa.

Fundo

Em turno único de votação, os parlamentares também aprovaram, no mesmo dia, projeto originário do Executivo abrindo crédito especial em favor do Fundo de Melhoria da Polícia Militar. (MMV/RV)

... Curtas ...

Turismo ecológico

Mensagem ao governador do deputado Altair Guidi (PP) solicita que sejam constituídas parcerias entre as prefeituras municipais com objetivo de elaborar um plano de desenvolvimento turístico para a região da Serra Geral, no Sul do Estado. A abrangência do plano deve chegar aos municípios de Grão Pará até Praia Grande para incentivar o turismo ecológico.

Alíquota de ICMS

O deputado Nilson Gonçalves (PSDB) requer que o Executivo estabeleça alíquota diferenciada de ICMS para empresas no Estado nos mesmos moldes do Paraná. Outra solicitação ao Governador e ao secretário de Segurança, pede a construção de uma cadeia pública em São Bento do Sul.

Calcário em Anita Garibaldi

Em solicitação ao governador e ao secretário de Agricultura, o deputado Antônio Ceron (PFL) pede que sejam amenizados os problemas de transportes e distribuição de calcário no município de Anita Garibaldi. Pede que a quantidade destinada para o município seja de 3.000 toneladas para 2003 e que essa cota seja depositada no pátio da Coopercampos, filial Anita Garibaldi.

Porto da Balsa em Ilhota

A assinatura de convênio entre o Departamento de Transporte e Terminais (Deter) e a prefeitura de Ilhota é solicitada pelo deputado João Paulo Kleinübing (PFL) ao Secretário Estadual da Infra-estrutura. O convênio servirá para a reforma do Porto da Balsa (Atracadouro), no Rio Itajaí Açu. O porto está em precárias condições, agravadas pela flutuação das marés. A balsa serve a população, que a usa para se locomover de uma margem para outra.

Hospital Universitário

Por indicação do deputado Dado Cherem (PSDB) foi solicitado um repasse mensal de recursos financeiros, através de convênio, para o Hospital Universitário Infantil (HU) de Itajaí. O hospital recebe 84% de internações via SUS e necessita de melhorias dos serviços e da infra-estrutura, aquisição de novos equipamentos, além da implantação da UTI Pediátrica.

Agenda

Dia 23, 13 h - Fórum Catarinense de Debates - Reforma tributária

Local: Plenário

Dia 23, 19 h - Lançamento do Festival de Dança de Joinville 2003

Local: Galeria de Arte Meyer Filho

Dia 24, 19 h - Lançamento do livro "Atividade física, saúde mental e qualidade de vida", de Maika Arno Roeder.

Local: Galeria de Arte Meyer Filho

Dia 25, 9 h - Audiência pública da Comissão de Finanças para análise das metas fiscais do Executivo no 1º trimestre de 2003

Local: Plenarinho

Dia 25, 19 h - Audiência pública da Comissão de Segurança Pública

Local: Auditório da Fabet - Concórdia

Dia 26, 14 h - Debate reformas estruturais - Deputado Delfim Neto (PP/SP)

Local: Plenário

Dia 26, 19 h - Audiência pública da Comissão de Segurança Pública

Local: Unoesc - Joaçaba

Dia 26, 19 h - Sessão solene aniversário da Igreja Universal

Local: Plenário

Dia 26, 20 h - Projeto Santa Catarina Canta e Encanta

Local: Hall da Assembleia Legislativa

Dia 27, 9 h - Audiência pública da Comissão de Agricultura sobre o Plano Safra 2003/2004

Local: Plenário

Promessa transformada em realidade assistencial

Rose Mary Paz Padilha

Bom dia, amigo. Como vai?”. Com essa saudação, nossa equipe foi recebida por um grupo de crianças da Casa Assistencial Abrigo Cristão, localizada na Barra do Aririú, Palhoça, na Grande Florianópolis, fundada em 15 de janeiro de 2001. É uma das poucas no Estado que tem registro no Conselho Nacional de Assistência Social.

Instalada num terreno de 4 mil metros quadrados, a casa abriga das 7 da manhã até às 6 da tarde, um total de 55 crianças, de 2 a 6 anos de idade, filhas de pais carentes que trabalham fora de casa durante todo o dia e que não têm com quem deixar os filhos.

O local surgiu de uma promessa feita pelo cirurgião-dentista aposentado Rogério José Florenzano, 58 anos e 30 de profissão. Natural do Paraná, o aposentado viveu durante 20 anos em Porto Velho, Rondônia. No ano de 1998 sua esposa teve uma lesão grave no rim direito e

Rogério prometeu que se ela se recuperasse e não precisasse extrair o rim, montaria uma creche para crianças carentes. A recuperação aconteceu e a promessa começaria a ser cumprida em dezembro de 2000, quando a família veio a Santa Catarina, região de Palhoça, para visitar uma sobrinha do aposentado. “Tudo o que queríamos era arejar a cabeça, já que naquele ano perdemos nosso filho, e agradecer a Deus por ela não ter extraído o rim. Quando chegamos aqui fiquei atraído pelas belezas naturais e pela tranquilidade. Percebi que as casas não tinham muros e que as crianças brincavam nas ruas enquanto os pais trabalhavam. Logo pensei: é aqui que vou cumprir a minha promessa”, lembrou.

Com a ajuda dos moradores do local, Rogério e a esposa começaram a concretizar o projeto. O primeiro passo foi alugar a casa. Em seguida veio a montagem de um brechó para a comercialização de roupas usadas, doadas pela comunidade.

Ajuda comunitária garante a sobrevivência do Abrigo Cristão

A folha de pagamento ultrapassa os R\$ 3 mil. Desse valor, R\$ 1.120 vem da prefeitura de Palhoça. Outros R\$ 1 mil são resultado de doações através do telemarketing. O restante vem de doações voluntárias. “Nosso agradecimento especial é para o vereador Pitanta, para o prefeito Paulo Vidal e também ao deputado Cesar Souza que nos ajudou desde que a casa abriu e a deputada Odete, que nos auxiliou no ano passado”, destacou.

Os voluntários da Casa Assistencial Abrigo Cristão estão espalhados por vários municípios do Estado e recolhem as doações com crachás de identificação. Na Grande Florianópolis, seis pessoas coordenadas pelo filho de Rogério buscam as doações de roupas e de alimentos diretamente nas casas. Para reverter em dinheiro para a manutenção do abrigo, um televisor foi sorteado há poucos meses. No final deste ano, outra doação, de um DVD, também será sorteada en-



(fotos Giancarlo Bortoluzzi)

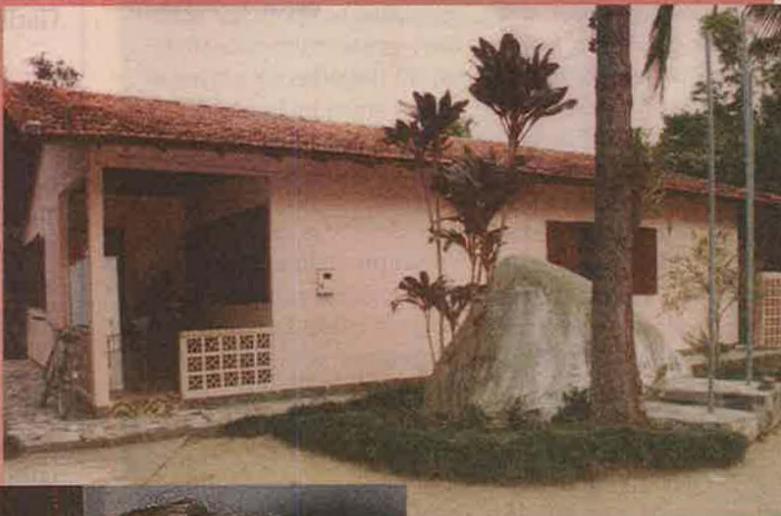
Graças à creche, 55 crianças carentes de dois a seis anos estão fora das ruas

tre os participantes.

Idéias não faltam para o idealizador e coordenador do local. Ele pretende fazer um financiamento para a compra do imóvel, avaliado em R\$ 90 mil. Já tentou junto ao poder público, mas sem sucesso, um médico para o atendimento e a instalação de um consultório odontológico - área onde Rogério tem três décadas de experiência e que, se fosse viabilizado, atenderia não só as crianças, mas a comunidade. “Fazemos aqui o que deveria ser feito pelo governo”, desabafa, enquanto espera que o poder público assumira a folha de pagamento. Evangélico, Rogério diz ter muita fé de que a casa continuará a existir, inclusive com novas e grandes conquistas. “Deus provê. É um pai diferente dos outros”.

Um segundo lar

Bonitas, bem nutridas, educadas e felizes. Essa é a imagem dos pequenos, que estudam, comem e brincam durante todo o dia, de segunda a sexta-feira. “Aqui é o segundo lar dessas crianças. Somos um misto de professora, mãe e psicóloga, já que muitos relatam histórias tristes de brigas na família”, diz uma das professoras do Abrigo Cristão, Nilcéia Mello Kiyzanoski, que dá aulas para o pré-escolar. Perguntei sobre o rendimento escolar das crianças e a resposta foi positiva. Segundo ela, considerando o histórico familiar, as crianças apresentam bom aprendizado. Para Francine dos Santos, 6 anos, a matemática é a disciplina favorita. “Já sei contar até 20 e quero ir até 90”, respondeu, enquanto aprendia as letras do alfabeto. Kelly de Freitas, também com 6 anos, disse que adora estudar, que já sabe escrever o próprio nome e que também adora pular corda durante o recreio. Quando crescer quer ter a mesma profissão da mãe: cozinheira. Carinhosas, elas distribuem abraços e beijos aos visitantes, a quem chamam de “tio” e “tia”.



Casa que abriga a creche é o segundo lar para crianças como Francine, de seis anos



Dedicação ao trabalho

Além de Rogério - que preside a Casa - uma equipe de sete funcionárias, sendo uma cozinheira, duas atendentes de serviços gerais, três professoras e uma auxiliar de sala, cuidam do dia-a-dia das crianças, dando-lhes, mais que um abrigo, um lar onde predominam amor, carinho e dedicação. São quatro refeições diárias, preparadas em local higienizado, com cardápio balanceado. Pela euforia no almoço, a comida demonstrou agradar a todas. “Nas segundas-feiras nos-



Rogério: promessa cumprida

so almoço é reforçado, com quatro quilos e meio de carne. Elas chegam aqui famintas - resultado de um fim de semana com alimentação fraca, devido às dificuldades financeiras das famílias”, alertou Rogério.

Onde fica a Casa Assistencial Abrigo Cristão e como ajudá-la

A casa está localizada na Rua Menino Deus, nº 246, Barra do Aririú, Palhoça, telefone (48) 283-4016, das 7 às 18 horas. Depósitos de qualquer valor podem ser feitos em nome da Casa Assistencial Abrigo Cristão nas contas: Banco do Brasil - Agência 2383 - Conta Corrente 9.691-1. Besc - Agência 162 - Conta Corrente 222881 ou através do telemarketing, em horário comercial, pelos telefones (48) 344-0137 ou 344-1408.